

Agente Fiscal



DELEGACIA DO
UNAFISCO SINDICAL
NO RIO DE JANEIRO

Ano I • nº. 9
Novembro 2002

Rua Debret, 23, salas 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Rio de Janeiro/RJ



Olivia Lamas

LULA faz seu primeiro pronunciamento como presidente eleito

Luiz Inácio Lula da Silva

No dia do seu aniversário, aos 57 anos, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República. É a primeira vez que um operário, sindicalista e político de esquerda chega ao

posto mais alto do país. Durante a campanha o que se viu foi o povo projetar nesta alternância de poder todas as suas esperanças de superação das desigualdades sociais. (págs. 4 e 5)

Rio tem participação intensa no CONAF de BH



Os Auditores-Fiscais da Receita Federal no Rio de Janeiro aprovaram diversas teses e defenderam idéias polêmicas, contribuindo para aprofundar a discussão no CONAF. (pág. 3)

A esperança venceu o medo

A frase acima, dita por Lula em sua fala de agradecimento aos eleitores, ainda na noite do dia 27, dá bem a dimensão do que foi a disputa presidencial. De um lado o discurso da mudança nos métodos de fazer política e na condução da economia, prometendo ênfase na arte da negociação e no fortalecimento da produção e das políticas sociais. Do outro, a proposta de permanecer no mesmo rumo, fundada no receio de que a mudança levaria a um agravamento ainda maior da situação econômica e social do nosso sofrido país.

Durante o processo eleitoral, trouxemos à nossa sede, para expor suas idéias, os principais candidatos, de todos os maiores partidos, pertencessem à base do governo ou à oposição, sem qualquer distinção ideológica. Organizamos um debate com os candidatos a vice-governador, com a participação de todas as chapas concorrentes. Destacamos em nossos boletins a presença de cada um dos candidatos, seu curriculum e suas plataformas. A DS/RJ, enfim, manteve uma postura apartidária e independente, a favor apenas da categoria e do Brasil.

Todavia, ante o caráter plebiscitário da eleição presidencial, imposto pelo discurso dos próprios candidatos, a DS/RJ não se furtou de manifestar de forma bastante clara a sua posição em relação àquele pleito específico. Não a favor ou contra partidos ou candidaturas, mas indicando o modelo de condução política que, em razão da análise histórica, entendemos mais adequado às aspirações dos AFRF e ao país.

Relembramos em nosso boletim as práticas do atual governo, que sistematicamente recusou o diálogo, desestimulou o investimento na produção, sacrificou os trabalhadores e privilegiou a especulação financeira. Denunciamos as perdas sofridas pelo funcionalismo, alçado à condição de bode expiatório das mazelas da nação, e em particular os ataques institucionais à Receita Federal e aos AFRF. Ratificamos, por fim, nossa aposta na esperança, e na mudança da forma de pensar o país.

Esse posicionamento não há de ter surpreendido nossos associados, pois é o mesmo da categoria, como expresso de maneira categórica no último CONAF. Em Belo Horizonte, as teses aprovadas pelos delegados eleitos pelos AFRF para ali representá-los foram sempre no sentido de rechaçar as políticas do atual governo, propondo soluções alternativas nas áreas tributária e social.

No campo da Receita Federal, o CONAF foi contundente em repudiar o que denominou “everardismo”, ou seja, a prática da imposição de idéias, da falta de diálogo, dos chefes cooptados e deslumbrados com o poder, do rebaixamento da instituição Receita Federal e de seus servidores.

Abertas as urnas, o povo brasileiro falou. A esperança venceu. Não obstante as dificuldades vislumbradas, os brasileiros apostam que poderão tomar seu destino nas próprias mãos.

Ao modelo atual de gestão do Brasil, que pode ser perfeitamente apontado como a extrapolação do que foi a administração da SRF nos últimos oito anos, os Auditores-Fiscais da Receita Federal disseram NÃO no CONAF, assim como 53 milhões de eleitores disseram NÃO nas urnas.

Fica a lição àqueles que, cooptados ou deslumbrados, se esqueceram que continuavam a ser Auditores-Fiscais.

A MP 71 é benéfica ou não?

Esta breve missiva tem por finalidade alertar os colegas sobre os riscos que a Medida Provisória 71/02, editada no dia 04 de outubro, representa para a nossa categoria. A autonomia administrativa e financeira resultará em vantagens operacionais para a Receita Federal, mas traz consigo o fantasma da autarquização. Às vésperas das eleições presidenciais, muito se estranha uma decisão que terá implicações fundamentais no próximo governo. Sem contar que mais uma vez recorre-se a um instrumento unilateral como as MPs.

Após o CONAF, onde a questão será fartamente debatida, estaremos de volta a Brasília para dar o bom combate às demais MPs. Esta mais recente deverá levantar intensa polêmica, porque é em tese uma coisa boa que carrega em si a semente da desgraça. Devemos estimular a autonomia por suas evidentes vantagens ou postergá-la por seus iminentes riscos?

Esta decisão tem implicações graves para os AFRF ativos e para os aposentados, atuais e futuros. Por isso, a necessidade de debater, demorada e minuciosamente, a forma de proceder de nossa representação sindical.

Armando Sampaio

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

CONAF debate justiça fiscal

O VIII Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, realizado entre os dias 13 e 19 de outubro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, reuniu cerca de 350 participantes, entre Auditores, palestrantes e convidados. O tema central do evento foi “Justiça Tributária, ainda que tardia - Por Um Pacto Tributário Capaz de Garantir a Justiça Fiscal”.

A solenidade de abertura contou com a participação do auditor-chefe do Fisco Municipal, Milton de Souza Júnior, representando o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; da Superintendente da 6ª Região Fiscal da Receita Federal, Leda Domingos Alves, representando a administração; do presidente do Unafisco Sindical, Paulo Gil H. Introíni, da vice-presidente do Unafisco Sindical, Fátima Gondim, do presidente do Conselho de Delegados Sindicais do Unafisco, Marcello Escobar, e da presidente da Delegacia Sindical de Belo Horizonte, Maria Lucia Fattorelli.

Participaram ainda da cerimônia de abertura do VIII CONAF o representante do Fórum Fisco Nacional, Severino Sobrinho e os deputados federais Virgílio Guimarães (PT) e Sérgio Miranda (PCdoB). Ainda durante a abertura, Carlos Drummond de Andrade, Celso Furtado e Juscelino Kubitschek foram homenageados pelos Auditores. No encerramento foi servido um coquetel.

PAINÉIS TRAÇAM PERFIL DA SITUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NO MUNDO

Os dois primeiros dias do CONAF foram dedicados a painéis gerais sobre a conjuntura política. Foram discutidos temas como Globalização, O Mundo do Trabalho e a Crise Brasileira nos Últimos Oito Anos. O primeiro painel, “Globalização e periferia: Autodeterminação dos Povos na América Latina - Desafios e Vulnerabilidade Aduaneira”, contou com a participação, dentre outros, do economista César Benjamin, que fez uma breve análise da inserção política da América Latina nos últimos dois séculos.

Na manhã do dia 15, o painel foi “Mundo do Trabalho: Independência Sindical, Ética e Cidadania” e o destaque foi a discussão sobre o assédio moral, que o psicólogo Roberto Heloani definiu como sendo “o esforço repetitivo, constante e intencional de desqualificar uma pessoa”. A vice-presidente do Unafisco Sindical, Nory Celeste, deu um depoimento emocionado durante o painel. Ela já foi vítima de assédio moral dentro da SRF.

Na tarde do mesmo dia, o tema do painel foi “Cenários de uma Crise Consumada: Oito Anos Destruindo o Futuro”. Em sua participação, o cientista político José Luiz Fiori fez uma exposição dos projetos de país confrontados no Brasil

no século XX. Para ele, o projeto de Fernando Henrique Cardoso, apresentado como modernizador, tem raízes na República Velha, de inspiração liberalizante. Pelo raciocínio de Fiori, Lula representa uma atualização, de caráter incluyente, do desenvolvimentismo iniciado com Getúlio Vargas.

O painel que encerrou esta etapa do CONAF foi “Princípios e Valores de uma (Verdadeira) Ordem Tributária, do qual participaram Clair Hickman, Auditora-Fiscal da Receita Federal, Diretora de Assuntos Técnicos do Unafisco Sindical; Osiris Lopes Filho, Professor de Direito Tributário da UNB; Paulo Nogueira Batista Junior, economista; e representantes das candidaturas à presidência.

Neste painel, tema principal do encontro, Clair Hickman, após fazer uma detida análise da política tributária no Brasil nos últimos anos, enumerou algumas das soluções propostas pelo Unafisco para uma reforma tributária: tributar todas as fontes de renda na tabela do IRPF, corrigi-la periodicamente e garantir a imunidade do mínimo existencial; para corrigir as distorções, deve-se recuperar a alíquota de 35% do IRPF, tributar remessa de lucros e dividendos; recuperar o ITR; dar eficiência à máquina tributária, sem deixar de aumentar a percepção de risco em praticar a sonegação.

A participação dos Auditores do Rio de Janeiro

Os Auditores-Fiscais do Rio de Janeiro apresentaram 17 teses no CONAF. Boa parte, foi trabalho do AFRF João Abreu, que através de um trabalho profícuo, dissecou a estrutura organizacional da SRF e propôs novos rumos para a corporação. Também se destacaram:

Átila Gomes, estreante em CONAFs, levou a instigante tese sobre “Ética, Etiqueta e Valorização profissional na Receita.” (aprovada)

Lenine, Wilson Cruz, Lenilson e Emilson deram valiosa contribuição com a tese sobre a GDAT integral para os aposentados. (aprovada)

As duplas **Antônio Pedro / Armano Sampaio** e **Albino da Cunha / Alfredo Lopes** defenderam teses sobre uma tributação mais justa e com cidadania fiscal. (aprovadas)

Everardo Campos discorreu sobre

Administração Tributária e Soberania. (aprovada)

Carlos Eduardo, de Nova Iguaçu, demonstrou com competência a importância crucial de a SRF poder contar com um sistema de processamento de dados próprio. (aprovada)

Vera Lúcia defendeu novas bases para a tributação do ITR. (aprovada)

A única proposta de alteração estatutária do Rio de Janeiro que chegou ao CONAF foi a de Leunam Costa Leite, que tratava da obrigatoriedade dos diretores de seguridade social e de aposentados do Unafisco Sindical serem respectivamente associados do Plano de Saúde e aposentado. Apesar da proposta não ter sido aprovada por não chegar a 2/3 de votos favoráveis, a proposta, que foi defendida pelos delegados do Rio de Janeiro, pode ser considerada vitoriosa, na medida em

que rachou o plenário, deixando clara a posição de metade da categoria a favor da proposta.

Enfim, o CONAF foi de muito trabalho e participação para o Rio de Janeiro, e a grande alegria foi de constatar que além da presença de dirigentes sindicais históricos como Ana Mary, Antônio Pedro, Lenilson, Lenine, Leunam, Olavo e Paulo Bouças, novas lideranças emergiram ou retornaram, capitaneados por Alexandre Teixeira e Pedro Delarue, o que traz conforto e otimismo quanto ao futuro da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro e sua afirmação perante toda a categoria.

AGRADECIMENTOS: esta matéria não poderia ser publicada sem a valiosa contribuição da jornalista Kelly Albino, da DS/SP, e do Diretor da DS/RJ Armando Sampaio.

Companheiro Presidente

Em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, venceu as eleições e assume a direção do país a partir de janeiro. Favorito em todas as pesquisas de intenção de voto, a partir de agosto Lula alterou o rumo de sua campanha. Em comício em Macapá, no estado do Amapá, Lula disse que “estava de bem com a vida, nunca estivera tão feliz” e que ninguém seria capaz de fazê-lo brigar ou falar mal de seus adversários. “É o Lulinha Paz e Amor”.

Com esse gesto, Lula desviou a campanha do eixo tecnocrático — sobre quem seria o mais preparado — e das trocas de farpas em tom elevado, que sempre deram margem às acusações de agressividade contra o Partido dos Trabalhadores. A diferença ficou gritante quando o candidato José Serra encontrou como única solução para alavancar sua candidatura a tática de “destruição” dos adversários, eufemismo para os ataques desferidos.

Mais do que estratégia de campanha, o lema pode ser muito útil para favorecer o chamado Pacto Social que Lula pretende costurar para tirar o país da crise. Anunciando-se como um homem de paz, amor e muito diálogo, em lua de mel com o seu eleitorado, será difícil para os partidos de oposição ao novo governo adotar uma postura intransigente em relação aos projetos apresentados a partir de janeiro. Pelo menos no início.

Outra imagem construída durante a campanha pode ser importante para o Pacto Social. Lula costuma dizer que o país é um trem descarrilado e que não adianta discutir agora quem vai na primeira, segunda ou terceira classe; o importante agora é fazer o Brasil voltar para os trilhos. Leia-se crescimento econômico. Lula pretende convencer mesmo aqueles que atualmente ganham rios de dinheiro que o modelo econômico está esgotado. Para ele, a opção é entre manter tudo como está, secando a fonte, ou preservar os mananciais em níveis aceitáveis, com a necessária geração de empregos e redistribuição da renda.

Lula terá no início de seu governo a mesma oportunidade que tiveram José Sarney — que levou as donas de casa de todo o país a fiscalizar os supermercados — no Plano Cruzado e Fernando Henrique Cardoso no início do Plano Real. O primeiro preferiu sacrificar o povo para eleger governadores do PMDB. Já FHC decidiu tratar de sua reeleição antes de completar as reformas. Ambos acabaram por aprofundar ao final dos res-

Daryan Dornelles



pectivos mandatos a crise que encontraram quando eleitos.

Em declaração à imprensa, três dias depois do resultado das eleições, Lula foi perguntado se não estaria virando um *pop star*, tal o assédio das pessoas, querendo vê-lo, tocá-lo, abraçá-lo, tirar fotografias. Lula respondeu que quer ser reconhecido como o “companheiro presidente” ou o “presidente companheiro”. Se fizer jus a esta fusão do jargão sindical com a designação da autoridade maior do país, Lula sairá consagrado do Palácio do Planalto. Caso contrário, o tombo será do tamanho das expectativas geradas. Ciente disto, o presidente eleito trata de redividir as responsabilidades, anunciando o maior envolvimento possível de toda a sociedade na formulação e na aplicação dos recursos na área social. O combate à fome, através da criação da Secretaria de Emergência Social, foi a estratégia escolhida para reunir agentes de todos os setores em torno das reformas estruturais pretendidas, sem as quais o auxílio governamental será um alívio superficial e passageiro. Com este argumento, Lula pretende estender a sua popularidade e obter a aprovação de suas propostas de mudança no modelo econômico. A realidade é que a fome, aqui e no mundo, não encontrou ainda um líder capaz de remover do sistema capitalista a sua componente mais selvagem: a lei do mais forte. Ou do mais rico. Lula quer ser este líder.

COMÍCIO
de Lula em
Porto Alegre



Planos para a R ainda não foran

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda não fez nenhuma revelação sobre os seus planos para a Receita Federal. Na área tributária, algumas pistas. O PT diz que está, em linhas gerais, de acordo com o relatório sobre a Reforma Tributária do Deputado Mussa Demes (PFL), que somente não foi votado no Congresso Nacional porque, segundo o partido, o governo FHC não quis. Outras manifestações foram pela manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda e de 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, visto que não há tempo para aprovar, ainda este ano, uma reforma tributária nos moldes pretendidos pelo governo eleito. Lula diz que apresentará um novo projeto no primeiro ano, mas antes quer discuti-lo com representantes de todos os segmentos.



Daryn Dornelles

MUITOS artistas, como Chico Buarque, deram apoio a Lula durante a campanha

LULA fala no Canecão, no Rio de Janeiro



Renê Cabral

Votação altera correlação de forças na Câmara dos Deputados e no Senado

As eleições de 2002 alteraram significativamente a correlação de forças no Congresso Nacional. O Partido dos Trabalhadores elegeu 91 deputados federais e tornou-se a maior bancada em Brasília. Juntos os partidos da base de apoio ao futuro governo podem chegar a 200 deputados, quase o dobro da legislatura que se encerra, quando faziam oposição a FHC. E esse número ainda pode aumentar com a adesão de parlamentares que manifestam interesse em transferir-se

para o PL e compor a base de sustentação do governo. Setores do PMDB que apoiaram Lula desde o primeiro turno também podem aderir. No Senado, os partidos que apoiaram a candidatura de Lula também cresceram e ocupam 1/3 das cadeiras, com o PT à frente, com 14 senadores. O resultado das urnas revela uma tendência pela renovação qualitativa e pela alternância de poder, levando-se em conta que nas casas legislativas o processo de transformação é gradual.

Deputados que defenderam causas do Unafisco foram reeleitos

Os deputados federais do Rio de Janeiro que mais se destacaram na defesa dos interesses dos Auditores-Fiscais em Brasília foram reeleitos: Miro Teixeira (PDT), Roberto Jefferson (PTB) e Laura Carneiro (PFL). A notícia é boa para os AFRF, visto que os três conhecem profundamente as MPs editadas pelo governo e as reivindicações dos Auditores, fruto do Trabalho

Parlamentar realizado ao longo deste ano. Parabéns aos eleitos, com votos de muitas realizações e sucesso.

Logo após as eleições, o Unafisco Sindical/RJ enviou mensagem de congratulações a todos os deputados federais eleitos e reeleitos pelo Rio de Janeiro. Veja a relação:

Receita Federal n revelados

Por enquanto, a boa notícia fica por conta do novo papel do atual Secretário da Receita Federal. O governo tinha nomeado Everardo Maciel como o homem forte da transição pelo Ministério da Fazenda. Depois anunciou que Armínio Fraga também participaria. Já no dia 30 de outubro, o jornal Tribuna da Imprensa dava conta do discreto afastamento do "predador". O PT jura que não vetou.

O Unafisco Sindical sente-se credenciado para integrar as mesas de discussão sobre os rumos da política tributária. Em setembro, o sindicato entregou às assessorias de todos os candidatos o documento "Princípios para uma Tributação Cidadã", e espera que seja útil na formulação das diretrizes.

PC do B

Jandira Feghali

PDT

Miro Teixeira
Bispo João Mendes de Jesus
Elaine Costa

PFL

Eduardo Paes
Rodrigo Maia
Arolde de Oliveira
Laura Carneiro

PL

Bispo Rodrigues
Nelson Bornier
Pastor Almir

PMDB

Leonardo
André Luiz
Bispo Vieira Reis
Moreira Franco
Pastor Divino
Maria Lúcia

PPB

Francisco Dornelles
Eduardo Cunha
Almerinda de Carvalho
Jair Bolsonaro
Simão Sessin
Júlio Lopes

PSB

Josias Quintal
Alexandre Cardoso
Ezequiel
Bernardo Ariston
Baltazar
Fernando Lopes

PSC

Renato Cozzolino

PSD

Sandro Matos

PSDB

Denise Frossard
Paulo Feijó
Ronaldo Cezar Coelho
Dr. Heleno
Alexandre Santos

PSDC

Reinaldo Betão

PT

Chico Alencar
Jorge Bittar
Lindberg
Luiz Sérgio
Carlos Santana
Antonio Carlos Biscaia
Fernando Gabeira

PTB

Roberto Jefferson

PV

Delei

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ

PERÍODO DE 01/07/2002 ATÉ 31/07/2002

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	539.551,13	438.528,64	447.340,37	530.739,40
ATIVO CIRCULANTE	185.895,41	438.323,64	447.340,37	176.878,68
DISPONÍVEL	104.847,38	418.749,43	420.187,76	103.409,05
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	22.633,21	324.064,45	329.180,53	17.517,13
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	89.861,31	85.037,84	89.000,00	85.899,15
CHEQUES EM TRÂNSITO	(9.647,14)	9.647,14	2.007,23	(2.007,23)
DIREITOS REALIZÁVEIS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
EMPRESTIMOS P/ DELEGACIAS SINDICAIS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
ANTECIPAÇÕES	31.048,03	19.574,21	27.152,61	23.469,63
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	3.000,00	0,00	1.160,00	1.840,00
ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS	0,00	1.147,23	0,00	1.147,23
ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO	0,00	11.275,00	0,00	11.275,00
ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	25.048,03	7.151,98	22.992,61	9.207,40
ATIVO PERMANENTE	353.655,72	205,00	0,00	353.860,72
IMOBILIZADO	353.655,72	205,00	0,00	353.860,72
IMOBILIZADO	353.655,72	205,00	0,00	353.860,72
PASSIVO	482.537,15	157.513,28	156.322,41	481.346,28
PASSIVO CIRCULANTE	10.328,94	157.513,28	156.322,41	9.138,07
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	6.020,66	32.139,60	30.571,65	4.452,71
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	6.020,66	32.139,60	30.571,65	4.452,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.308,28	125.373,68	125.750,76	4.685,36
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.308,28	125.373,68	125.750,76	4.685,36
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERÁVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	528.870,88	90.423,67	493,90	618.800,65
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	521.093,27	89.093,03	493,87	609.692,43
EVENTOS	61.122,41	14.941,49	0,00	76.063,90
CDS	1.532,19	0,00	0,00	1.532,19
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL	30.870,00	11.398,35	0,00	42.268,35
OUTROS EVENTOS	28.720,22	3.543,14	0,00	32.263,36
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	34.761,06	2.129,73	0,00	36.890,79
DESPESAS GERAIS - JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	34.761,06	2.129,73	0,00	36.890,79
DESPESAS DO DEPTO. JURÍDICO	51.147,39	5.025,60	0,00	56.172,99
DESPESAS SOCIAIS - JURÍDICO	50.768,49	5.025,60	0,00	55.794,09
DESPESAS GERAIS - JURÍDICO	378,90	0,00	0,00	378,90
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	360.271,72	66.271,71	493,87	426.049,56
DESPESAS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	245.617,71	43.930,01	493,87	289.053,85
DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO	114.654,01	22.341,70	0,00	136.995,71
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	5.359,50	724,50	0,00	6.084,00
DESPESAS GERAIS - CONTABILIDADE	5.359,50	724,50	0,00	6.084,00
DOAÇÕES	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DOAÇÕES DIVERSAS	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DESPESAS FINANCEIRAS	7.586,79	1.330,64	0,00	8.917,43
DESPESAS FINANCEIRAS	7.586,79	1.330,64	0,00	8.917,43
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,03	190,79
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,03	190,79
RECEITAS	585.884,86	7.304,17	89.613,08	668.193,77
RECEITAS DE ATIVIDADES DOS ESTATUTOS SOCIAIS	584.218,67	0,00	88.078,24	672.296,91
RECEITAS DE ASSOCIADOS	546.332,87	0,00	87.742,06	634.074,93
RECEITAS FINANCEIRAS	7.836,51	0,00	0,00	7.836,51
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30.049,29	0,00	336,18	30.385,47
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS	41.144,14	0,00	1.534,84	42.678,98
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	41.144,14	0,00	1.534,84	42.678,98
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(39.477,95)	7.304,17	0,00	(46.782,12)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(39.477,95)	7.304,17	0,00	(46.782,12)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período de um saldo de R\$ 43.393,12;
- 2 - ADIANTAMENTO A TERCEIROS: refere-se a adiantamentos às Caravanas a Brasília pela votação das MP's a ser ressarcido pela DEN;
- 3 - OUTRAS OBRIGAÇÕES: o saldo refere-se à mensalidade Golden Cross, cobrada indevidamente de alguns associados e que até a data não compareceram à Delegacia Sindical/RJ para receber;
- 4 - (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

RECADASTRAMENTO

O Unafisco Sindical no Rio de Janeiro está fazendo um recadastramento de seus associados. Junto com esta edição do *Agente Fiscal* você encontra uma Carta-Resposta para preenchimento que deverá ser postada em qualquer agência dos Correios ou entregue no próprio sindicato ou ainda através do FAX (21) 2220.6782. A atuali-

zação do endereço e, principalmente, da lotação de cada Auditor é importante para a organização da DS/RJ. Caso o associado prefira receber suas correspondência apenas por email, não deixe de preencher o campo correspondente. Nesta hipótese apenas o *Agente Fiscal* continuará sendo enviado pelos Correios.

Receita Federal: tempestade de Medidas Provisórias no fim de ano

O Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, decidiu usar o último ano de governo para fazer, na marra, as transformações que julga necessárias na administração do fisco e na legislação tributária. Nos próximos dois meses, serão analisadas pelo Congresso Nacional quatro Medidas Provisórias com modificações profundas na área de tributos, cada uma delas com dezenas de artigos, que versam sobre assuntos os mais variados. A mais recente, a MP 75/02, foi editada em 24 de outubro, a apenas três dias do segundo turno das eleições para presidente, e não tinha sido analisada pelo sindicato até o fechamento deste jornal. Veja o que diz o Unafisco Sindical sobre cada uma das outras MPs.

MP 38 PERDEU A VIGÊNCIA NO DIA 12 DE OUTUBRO

A Medida Provisória 38/02 perdeu vigência desde o dia 12 de outubro. A MP, entre tantas outras providências, desobrigava a presença dos Auditores Fiscais na conferência física de mercadorias. O artigo que tratava da questão foi alvo de intensas críticas e impediu um acordo para a aprovação da MP. Os Auditores-Fiscais fizeram grande mobilização junto aos parlamentares alertando para a mal disfarçada tentativa de terceirizar o que hoje é função do Estado e atribuição exclusiva dos Auditores Fiscais. Esta foi mais uma vitória da categoria, que tem sido determinante na resistência da Receita Federal às investidas de setores que pretendem desfrutar do seu desmonte. O modelo de fiscalização com a participação de terceiros já se revelou uma tragédia na aduana argentina, com a infiltração de empresas ligadas ao crime organizado. A partir de 12 de outubro, o Congresso tem 60 dias para editar um Decreto Legislativo para normatizar as relações jurídicas derivadas do período em que vigorou.

MP 46 DEVE ENTRAR EM VOTAÇÃO NA PRIMEIRA QUINZENA DE NOVEMBRO

A Medida Provisória 46/02 foi editada pelo governo federal na véspera

da votação do PLV 15/02, originado do relatório da Deputado Federal Roberto Pessoa (PFL/CE). O PLV foi construído democraticamente com a participação de entidades representantes das classes envolvidas e seria aprovado em Plenário. A MP 46/02 foi um dos atos mais arbitrários do governo FHC. Pela primeira vez foi revogada uma MP que estava em votação. O seu texto praticamente restabelece o texto original da MP 2.175/99, que reestruturou a carreira dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Os partidos políticos de oposição ao atual governo apresentaram diversas emendas. O Unafisco organizará caravanas a Brasília entre os dias 11 a 14/11 e 18 a 21/11 para continuar o Trabalho Parlamentar iniciado no primeiro semestre. A validade da MP expira no dia 22 de novembro.

MP 66/02 ABRE A TEMPORADA DE FARRA FISCAL NO FIM DO GOVERNO

A Medida Provisória 66/02 foi o que os analistas especializados costumam chamar “sob encomenda”, pois são medidas datadas. O prato principal é a renegociação de débitos de estados e municípios, mas há dezenas de artigos com extensão de prazos, anistia de multas. Não satisfeita, a Receita Federal ampliou os prazos para a anistia até o dia 29 de novembro em outra Medida Provisória, a de número 75. Alguém perdeu o bonde e precisou de uma carona. A mesma MP criou normas anti-elisão - que já estão causando polêmica entre os juristas - permitindo a desconsideração do ato ou negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador de tributo. Pela MP, esta decisão caberá ao delegado titular da unidade, retirando do fiscal autuante a prerrogativa de verificar a efetividade do procedimento adotado pelo contribuinte. Disfarçadamente, a medida procura transferir para o órgão a atribuição que o Código Tributário Nacional delega ao Auditor Fiscal, uma velha aspiração da atual administração. Veja mais sobre a MP 66 na página 8.

MP 71/02 DETERMINA A AUTONOMIA DA RECEITA FEDERAL

Às vésperas do fim de sua gestão, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não se constrange em editar Medidas Provisórias cujos efeitos se farão sentir no próximo governo. A MP 71/02 tem aspectos positivos e negativos. A SRF passa a ser gerir recursos próprios, através do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), apesar de parte de seu custeio ainda depender do orçamento do Congresso Nacional. Existe a possibilidade de estabelecer uma política remuneratória própria. A autonomia também dará à Receita maior agilidade nas licitações. A MP mantém a SRF na administração direta, mas sem subordinação ao Ministério da Fazenda, que supervisionará a atuação da Receita na busca do cumprimento das metas de arrecadação estabelecidas.

O lado ruim da autonomia é que ela pode ser um passo decisivo para a autarquização do órgão, velho sonho do atual Secretário. A Receita passaria então à administração indireta. Isso significa o rebaixamento de sua importância estratégica, passando a apenas operar as políticas deliberadas no Ministério da Fazenda. Neste caso, as atribuições que hoje são dos Auditores Fiscais da Receita Federal passariam a ser do órgão, representado por sua diretoria. Como estes são cargos de confiança, na prática estaria configurada a politização da Receita, abrindo caminho para privilégios e perseguições. Os aposentados também correm riscos. A Receita Federal está assumindo a folha de pagamentos dos ativos, que brevemente será de responsabilidade da própria Receita, através do FUNDAF. Mas os aposentados vão ainda permanecer vinculados ao Ministério da Fazenda. Isto abre a possibilidade da quebra da paridade, porque o FUNDAF pode servir para instituir gratificações próprias da Receita, mas que não sejam extensivas aos aposentados, que terão outra fonte pagadora, o Tesouro Nacional. Em que pese ser inconstitucional, há precedentes.

MP 66 altera rotina de compensação de créditos tributários

O artigo 49 da Medida Provisória 66/02 altera a redação do artigo 74 da Lei 9.430, de 1996, que dispõe sobre as regras de compensação de créditos tributários. De maneira simplificada, funcionava assim: o contribuinte abria um processo administrativo solicitando autorização para efetuar compensação de seus créditos com débitos tributários. A Receita analisava e emitia parecer concedendo ou não este direito ao contribuinte, segundo a legislação vigente.

Mas, com o passar do tempo, estes processos foram acumulando-se. Atualmente, existe um estoque de, no mínimo, 75.000 processos de compensação aguardando análise. O que fez a MP? Determinou que, daqui em diante, o contribuinte, ao invés de solicitar a compensação, efetive a transação e emita uma Declaração de Compensação (DCOMP) comunicando à Receita o que foi feito. A Receita homologa ou não a compensação. Em dois casos, a tese do contribuinte prevalece: quando tem mesmo este direito e quando a Recei-

ta não analisa a sua DCOMP em um prazo de 05 anos.

A MP também transforma os processos pré-existentes em declarações. Mas, como o estoque de 75.000 processos transformou-se em estoque de 75.000 declarações, fica fácil prever que nem todas serão analisadas. Estabeleceu-se que o critério para se determinar a escolha será com base em observações oriundas de malhas finas do sistema de informática. O problema é que estas malhas não têm prazo para começar a funcionar, o que abriria uma avenida para os contribuintes mal-intencionados.

Alguém então percebeu que sem a análise dos processos e sem a malha a porta estava escancarada demais. Uma mensagem veiculada pela Dipecj/Corat recomendou alguns procedimentos na recepção da Declaração de Compensação (DCOMP) e no tratamento dos débitos nela compensados, dentre eles que, enquanto o sistema de informática não ficar pronto, todas as declarações devem ser analisadas. Sen-

do assim, a razão da criação da DCOMP, que era justamente tornar desnecessária a análise de todo o montante dos processos em estoque, perdeu o sentido!

O que se vê aqui é que a Secretaria da Receita Federal mexeu tanto em sua rotina nos últimos tempos que perdeu-se completamente: concebe uma MP com um determinado objetivo e, antes mesmo de sua implementação, é obrigada a voltar atrás. Isto é fruto da falta de planejamento e da falta de diálogo com os setores responsáveis pela execução do serviço.

Infelizmente, nossa expectativa é a de que, até o final de sua gestão, Everardo Maciel prossiga com sua produção industrial de Medidas Provisórias e Instruções Normativas, fazendo, refazendo e desfazendo modificações na legislação e administração tributárias. São arranjos de natureza paliativa que sobrecarregam os funcionários, confundem os contribuintes honestos e favorecem os sonegadores. O país precisa de gente mais compromissada no comando da Receita Federal.

Espaço do associado

O reinício

Encerramos, no dia 27 de outubro, um capítulo da história do Brasil. Mais do que isso, determinamos que queremos o começo de uma nova era.

Não queremos mais o excesso de dependência do capital externo. Cansamos do modelo que privilegia a especulação em detrimento da produção. Chega da prevalência de interesses econômicos exógenos sobre os interesses nacionais do Brasil. Não nos interessa nossa inserção na tal globalização pela porta dos fundos.

Queremos um governo que defenda os interesses dos brasileiros, proteja a indústria nacional, fomenta a agricultura, lute contra as barreiras comerciais levantadas pelas nações protecionistas do primeiro mundo.

Almejamos um governo que eduque nossas crianças, preparando-as para o papel que o Brasil deve assumir no mundo. Que dê opção melhor à juventude pobre das grandes cidades que a adesão à crimi-

nalidade.

Sonhamos com um país mais solidário, em que todas as pessoas contribuam com a sua parte, na exata medida de sua capacidade de contribuir. Em que os eventuais sacrifícios sejam divididos por todos e em que os benefícios sejam também repartidos por todos, e onde não seja necessário esperar “o bolo crescer” para dividir.

Os cidadãos deste país querem paz no campo, com a realização de uma efetiva reforma agrária. Querem saneamento, saúde gratuita e de boa qualidade ao alcance de todos, uma rede de proteção social, transporte eficiente e moradia.

Esse país é uma utopia, alguns dirão. E eu concordo. Não resolveremos todos os problemas em quatro, nem mesmo em oito anos. Talvez nem estejamos mais aqui quando o sonho enfim se realizar. Mas o trabalho de erguer, finalmente, esta nação, tem que recomeçar. Então que recomece já.

E o bom caminho é o da justiça e da solidariedade. A reforma geral, com a qual sonhamos e da qual precisamos, deve ser

precedida por uma em particular: a reforma fiscal, que terá a capacidade, se bem feita, de promover uma grande distribuição da riqueza, pelo simples atendimento de um princípio básico, que não é apenas constitucional, mas universal: quem tem mais contribui para melhorar as condições de vida de quem tem menos. Reverteríamos, assim, a lógica perversa que prevalece em nossos dias, onde nada se dá para quem quase nada tem, com a finalidade de enriquecer, cada vez mais, os mesmos.

Temos que varrer da nossa legislação toda a sorte de privilégios que há quinhentos anos agraciam, sempre, as mesmas classes. Temos que fazer valer a máxima universal de que as leis devem ser impessoais, morais e atender à finalidade pública.

Feito isso, nós, AFRF, TRF e todos os servidores da Receita Federal, devemos garantir o cumprimento da lei, através de uma administração tributária ética, cidadã e eficiente.

Pedro Delarue
vice-presidente da DS/RJ